

# Brasília-DF



**CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Foi ficando

Durante a sessão de agradecimentos ao empenho dos ministros, o presidente Lula fez menção a José Múcio, titular da Defesa. Relembrou a história (já quase uma anedota) de que, inicialmente, o combinado era Múcio ficar apenas um ano no governo. Ano após ano, Múcio foi ficando. Até completar o ciclo no terceiro mandato de Lula. O ministro não disfarçou o sorriso ao ouvir o relato presidencial.

## Prioridade

O projeto que regulamenta a extração de minerais críticos e terras raras deve avançar no Congresso Nacional já na próxima semana. O relator da matéria, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), afirmou, durante a reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que deve apresentar o parecer até o próximo dia 7.

## Sincronia

Além disso, há um diálogo entre a Câmara dos Deputados e o Senado para uma convergência referente ao tema e sincronizar a tramitação nas duas Casas. O senador Esperidião Amin (PP-SC) já conversou com o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) para viabilizar a ideia.

## Definição ampla

A ideia de Jardim é não caracterizar demais o conceito de minerais críticos. Segundo ele, outros países seguiram esse caminho e precisaram rever as definições. Na visão do deputado, essa experiência no exterior ajuda o Brasil a formular uma política mais robusta e acertada.

## Valor agregado

Outro ponto do relatório será propor um investimento para agregar valor aos minérios, e não apenas exportar a commodity. “Não queremos ser meros exportadores de commodities, queremos que todos eles sejam aqui processados, aqui transformados. Fazer uma cadeia de valor aqui no Brasil”, defendeu o relator.

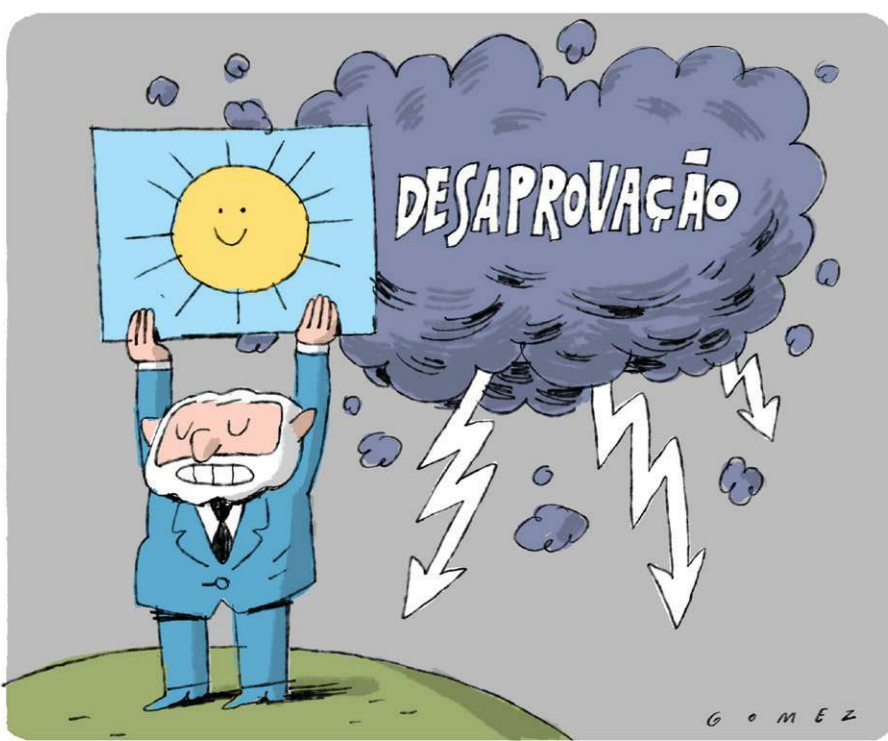
# Lula está otimista. O eleitor, nem tanto

“Estou muito otimista, muito otimista”, disse o presidente Lula na reunião ministerial na qual anunciou Geraldo Alckmin como companheiro de chapa na corrida para a reeleição. “Tenho certeza que vocês farão do trabalho no governo o sucesso da futura campanha de vocês. Porque se tem um governo em favor do qual os ministros tiveram oportunidade de entregar resultado, foi este governo”, disse Lula durante a transmissão.

O chefe do Planalto deu o aperitivo da estratégia que pretende adotar: comparar o antes e o depois. Orientou os ministros a medirem o desempenho da atual

administração com o de outros governos. “Sobretudo com aquele nós substituímos. Nós fizemos infinitamente mais, com mais precisão e melhor qualidade, com o objetivo de atender aos interesses do povo brasileiro”, asseverou o presidente.

A portas fechadas, o diagnóstico é mais tenso. Permanece a avaliação de que o governo está se comunicando mal, e essa lacuna estaria deixando o terreno livre para a oposição. Até aqui, o otimismo presidencial não encontra reflexo na opinião do eleitor. Desde novembro, a desaprovação do governo Lula está acima da aprovação, segundo as pesquisas de opinião.



## Orientar-se

Como exemplo de investimento em tecnologia e mão de obra na área de minerais críticos, Arnaldo Jardim comparou os Estados Unidos com a China. Segundo ele, os EUA tem apenas nove PHDs na área. A China, por sua vez, tem 430. Esse seria um exemplo a ser seguido em termos de mineração crítica.

## Reúso

Outro ponto que o relatório quer abordar, principalmente visando a área de produção de baterias, é a mineração urbana. Ela consiste em recolher celulares e equipamentos eletrônicos antigos da população — aqueles que não são mais usados ou são descartados de forma errada — para reciclagem, recuperação e reúso de matérias importantes que estão nesses equipamentos.

## E os combustíveis?

A reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) será realizada amanhã. É previsto o debate acerca do aumento da mistura do biodiesel para conter os impactos da guerra no Golfo nos preços dos combustíveis no Brasil. Consultores afirmam que se a mistura subir de 15% para 16%, a mudança será significativa. O lobby ligado às petrolíferas entrará mais forte para evitar que isso aconteça.

## Crerios técnicos

Com o envio da mensagem presidencial indicando o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, aliados do governo entendem que é hora de análise crítica. Senadores defendem que a sabatina seja feita de forma calma e sem paixões para não poluir o debate.

## Comida é conquista

No próximo dia 7, em Brasília, comemoram-se os 50 anos do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, é um dos confirmados para o evento, que contará ainda com outros representantes do Poder Executivo e Legislativo. Autoridades regulatórias, lideranças e especialistas vão debater o legado do PAT, impactos das alterações recentes e caminhos para modernização.

## PODER

Relator da Comissão de Inquérito do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira confia na instauração do colegiado que vai apurar as fraudes do Master. E afirma que documentos enviados pelo TCU indicam que há vários setores defendendo o banco de Vorcaro

# "Se não rasgarem a Constituição, CPI tem de ser instalada"

» ROSANA HESSEL

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI do Crime Organizado, segue confiante de que a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso do Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025, será instaurada em breve. Depois de conseguir as assinaturas necessárias e protocolar o pedido, ele aguarda parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre mandado de segurança para a instalação do colegiado no Senado, que está nas mãos do ministro Kassio Nunes Marques.

“Se não rasgarem a Constituição, a CPI tem que ser instalada”, afirmou, ao **Correio**. Ele coletou mais de 50 assinaturas para a instauração da CPI do Master e protocolou o pedido na Casa, mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ainda não fez a leitura no Plenário.

Na avaliação de Vieira, Alcolumbre não tem demonstrado interesse nas investigações do Master, envolvido nas fraudes bilionárias investigadas pela Polícia Federal na Operação Compliance Zero. “O Alcolumbre não quer fazer instalação de CPI nenhuma. Só que CPI não é uma escolha política do presidente. O Supremo já decide nesse sentido há mais de 20 anos. Não rasgar isso agora porque tem ministro que pode ser investigado? A gente vai descobrir no próximo capítulo”, acrescentou.

Até o momento, o rombo estimado no Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para o pagamento de indenizações de credores e investidores do conglomerado do Master está perto de R\$ 52 bilhões. E, conforme as investigações da PF, as fraudes na venda de carteiras de crédito podres do banco de Daniel Vorcaro para o Banco de Brasília (BRB) somaram R\$ 12,2 bilhões.

De acordo com o parlamentar, os documentos enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na semana passada, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre as investigações da compra do Master pelo

## » Compulsória: PGR recorre

A Procuradoria-Geral da República recorreu da decisão monocrática do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que extinguiu a aposentadoria compulsória remunerada como a punição máxima aplicável a magistrados em processos administrativos. O recurso, um agravo regimental protocolado sob sigredo de Justiça, busca levar o debate ao Plenário da Corte, sob o argumento de que essa modalidade de sanção não foi juridicamente extinta e que sua retirada abrupta fere a segurança jurídica.

BRB — vetada pelo Banco Central em setembro do ano passado —, mostram que há uma “mobilização muito intensa de diversos segmentos do conglomerado do Master”. “Estamos mapeando esses segmentos e tentando endereçar as investigações. Só que, considerando que temos limitações de tempo, não dá para expandir mais”, afirmou ao **Correio**.

Vieira também defendeu que o cumprimento da Constituição é um dever dos ministros do Supremo, e que eles não devem legislar em benefício próprio em caso de alguma investigação envolvendo a eles ou parentes. O senador ainda criticou as decisões recentes dos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, que cancelaram requerimentos aprovados na CPI. Afirmou que vai recorrer à Justiça e ressaltou que a lei não pode ser diferente para ninguém.

“Temos de entender que, sendo ministro do Supremo ou não, todos estamos submetidos à mesma lei, à mesma Constituição. Não pode haver uma Constituição para Alessandro e outra para Alexandre. Não é para ser assim numa República. E vamos fazer todo o processo necessário: recursos na Justiça, questionamentos aqui no próprio Congresso e, no último momento, se for necessário, nova apresentação de pedido de impeachment”, afirmou, em referência a Moraes, cuja mulher trabalha no escritório que prestava serviços para Vorcaro por meio de um contrato milionário.

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Senador afirma que a lei não deve distinguir e ser implacável, sobretudo, com os ministros do Supremo

## Ibaneis, Castro e Zettel na mira

» DANANDRA ROCHA  
» EDUARDA ESPOSITO

A CPI do Crime Organizado decidiu ampliar o alcance das investigações sobre suspeitas de lavagem de dinheiro e irregularidades no sistema financeiro. Ontem, o colegiado aprovou a convocação dos ex-governadores Ibaneis Rocha (MDB-DF) e Cláudio Castro (PL-RJ), além da quebra dos sigilos bancário e fiscal do empresário Fabiano Campos Zettel, cunhado de Vorcaro — ambos estão presos. Também foi aprovado o requerimento para que o ex-presidente do Banco Central (BC) Roberto Campos Neto — que deveria depor ontem — seja ouvido em nova data.

Relator da comissão, Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou que

a oitiva de Ibaneis busca esclarecer decisões do Governo do Distrito Federal envolvendo a gestão do Banco de Brasília (BRB) e negociações para a compra bilionária da carteira do Master. Segundo o senador, há indícios de que atos administrativos possam ter favorecido interesses do grupo de Vorcaro, cujas empresas foram liquidadas pelo BC.

Ao **Correio**, tão logo soube que tinha sido convocado, Ibaneis reagiu: “A CPI é do crime organizado. Não entendo o que tem a ver comigo”, disse. Segundo o ex-governador do DF, os advogados vão analisar o caso sob a hipótese de eventual desvio de finalidade.

Em relação a Cláudio Castro, Vieira argumenta que o Rio de Janeiro se tornou um “laboratório” de práticas sofisticadas do crime

organizado, o que torna o depoimento “indispensável” para compreender a dinâmica das operações sob suspeita. Além do mais, foi na gestão do ex-governador fluminense — cuja inelegibilidade até 2030 foi decretada, na semana passada, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — que o Rioprevidência aplicou cerca de R\$ 2,6 bilhões em papéis do Master, dinheiro de aposentados e pensionistas do funcionalismo do Estado do Rio de Janeiro.

O pedido das quebras de sigilo de Zettel, apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), frisa que o empresário tem “conexões financeiras vêm sendo objeto de apuração no âmbito da Operação Carbono Oculto”. (Colaborou Raphaela Peixoto)